

## PREFÁCIO

*Para além do título, a mensagem central deste trabalho é regularmente repetida ao longo do texto: “a entrada de uma economia pobre no processo de desenvolvimento não é garantida nem impossível” (p. 16). Trata-se não tanto da origem e causas da pobreza das nações, mas antes da sua “auto-verificação” (p. 55). Isto sem cair nem em círculos viciosos nem no “optimismo exagerado das soluções milagrosas para o desenvolvimento rápido com que muitas vezes se abordam países pobres” (p. 23).*

*A existência do equilíbrio da pobreza é apresentada através de três perspectivas económicas distintas. A passagem em revista da literatura (especificamente os “quase clássicos” dos anos cinquenta) é objecto da parte I. Aí se identificam o estado estacionário a baixo produto por cabeça, dito ponto de Leibenstein (L), e um ponto de bifurcação, dito ponto de Myrdal (M), acima do qual se obtém o crescimento auto-sustentado usual, associado ao nome de Solow. Na parte II descrevem-se os testes empíricos da relação entre produto por cabeça e a sua taxa de variação, usando diversas bases de dados (em especial a do Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial do BIRD). A parte III começa por lembrar modelos analíticos em que a descrição estilizada da economia é sucessivamente enriquecida através de critérios de optimização: realça-se a recente teoria do crescimento endógeno através de um modelo de Lucas, em que o capital humano de cada trabalhador actua como “mecanismo civilizador” (p. 185) de toda a economia.*

*Essa interdependência entre o conhecimento do indivíduo e a riqueza da sociedade também é susceptível de escorar um equilíbrio a baixo rendimento. Os testes analíticos terminam com um modelo de difusão social de inovações em duopólio, no qual o ponto L representa a ausência do sector inovador, vindo toda a produção do sector tradicional. Do mesmo modo, a passagem para a zona de crescimento faz-se agora*

por uma curva de Myrdal. A busca da validade científica do conceito de pobreza de uma economia (nacional) acaba assim no terreno da luta entre uma empresa tradicional que domina o mercado no início e outra inovadora com custos mais baixos. Para certa parametrização dos custos de expansão, o jogo dinâmico levará à difusão social da inovação e a empresa inovadora conquista o mercado.

Cada uma das três partes oferece assim uma ementa riquíssima de justificações do conceito de equilíbrio de pobreza. Das apreciações bibliográficas à análise factorial dos motores de crescimento, da felicidade de Ramsey aos custos de ajustamento de Sargent, passando por judiciosas citações da doutrina social da Igreja, este trabalho representa bem o processo de desenvolvimento que é escrever uma tese de doutoramento. Processo que, incluindo a etapa do mestrado em economia, foi acompanhado ao longo de quatro anos por responsabilidades docentes e até administrativas das mais variadas, de entre as quais gostaria de realçar a colaboração no ensino da teoria do desenvolvimento económico na Universidade Católica.

Para além da nossa ambição de aproveitar o indiscutível prestígio da instituição em África para aliar a teoria à prática, pareceu-nos essencial retirar o desenvolvimento económico do torpor em que se encontrava nas Faculdades portuguesas. Em 1984, o reviver da área nas Universidades americanas estava apenas a começar, tal como era difícil adivinhar o processo de enriquecimento colectivo em que Portugal estava prestes a embarcar com o sucesso da estabilização macroeconómica e a adesão a uma Europa surpreendentemente dinamizada pelo programa de 1992.

Talvez a ilustração de um e outro fenómenos possa justificar este prefácio — que escrevo com tanto mais gosto quanto é certo que o meu primeiro trabalho monográfico foi também acolhido pela Ciência e Técnica Fiscal.

Os vinte anos passados confirmaram que o processo de desenvolvimento económico pode ser ajudado pelo Estado, mas que essa ajuda deve ser moderada, até porque a mobilidade a isso obriga. Mobilidade intersectorial ou internacional, do trabalho ou do capital, pouco importa. Mesmo que ela não exista hoje, a sua expectativa gera processos cumulativos de enriquecimento e empobrecimento que são outras tantas histórias com o tempo ao contrário.

É certo que o autor preferiu à história métodos de investigação operacional em que independentemente se ilustrou. É certo também que

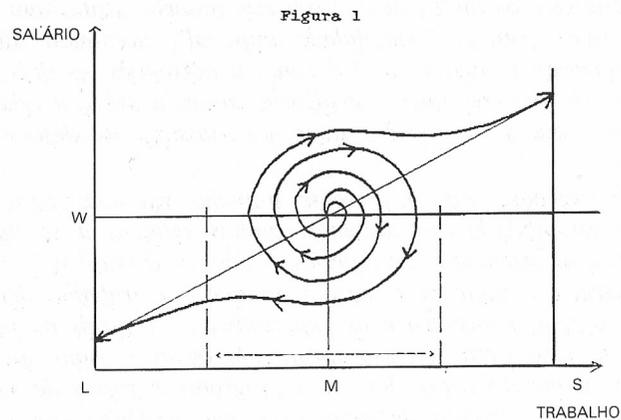
— enquanto o candidato defendia a tese da crítica de irrelevância expressa por vigoroso arguente — se atacava o mesmo problema em Yale através de uma aplicação de modelos de equilíbrio ecológico à distribuição da riqueza mundial (“The Fisherian Time Preference and the Evolution of Capital Ownership in a Global Economy”, NBER Working Paper n.º 3104, Setembro) por Koichi Hamada e Kyoji Fukao. Os autores introduzem uma taxa de preferência temporal variável com o nível de riqueza de modo a que a classe média é mais paciente do que os muito pobres e os muito ricos. Com este modelo contrastam o “equilíbrio da fome” com a “estabilidade imperial”, aceitando ainda uma solução cooperativa intermédia. Tal como o português, os dois japoneses não deixam de recorrer quer à evidência empírica sobre a relação entre poupança e riqueza das nações quer aos clássicos de desenvolvimento económico.

A convergência com o presente trabalho vai aliás para além da análise da estabilidade dos sistemas: ambos referem a relevância dos modelos de concorrência entre espécies ecológicas devidos a Robert May. Mas a divergência também é notória no que este trabalho deixou para depois: a economia mundial e as expectativas — centrais na perspectiva fisheriana de Yale. Será por isso apropriado mostrar como um acontecimento futuro, incerto e exterior tal o programa europeu de 1992, pode afectar o desenvolvimento de uma economia periférica como a portuguesa mais do que o passado da mesma economia.

Esta luta entre história e expectativas — realçada especialmente por Paul Krugman (NBER Working Paper n.º 2871 de Maio de 1989) — pode considerar-se outra perspectiva ainda sobre a “auto-verificação” da pobreza das nações. Está a ser prosseguida na Direcção-Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros da Comissão das Comunidades Europeias graças aos trabalhos de um consultor da Columbia, Richard Baldwin — de quem Krugman foi orientador de tese há bem poucos anos. A ilustração, que retoma uma ideia de Kiminori Matsuyama quanto à mobilidade internacional do trabalho apresentado no “Summer Institute” do National Bureau of Economic Research de 1988 (Northwestern University Discussion Paper n.º 812), tem a vantagem adicional de retomar o problema do desenvolvimento económico como industrialização.

Trata-se de uma economia em que um único factor (fixo) produz um produto agrícola com rendimentos constantes à escala e um produto industrial com rendimentos crescentes externos, à empresa. Na Fig. 1, o produto marginal do trabalho na indústria aumenta (diga-se que linear-

mente) com o emprego nesse sector, ao passo que na agricultura o produto marginal é constante e igual ao salário medido no respectivo produto, cujo preço é um. Neste modelo, temos duas soluções estáveis — uma sem a indústria em L e outra sem agricultura em S — e uma solução instável em M. Se houver custos de ajustamento, porém, há uma região à volta de M (entre flechas) na qual a crença que o futuro está em L ou em S nos leva lá.



A auto-verificação das expectativas destrói a inevitabilidade histórica, permitindo que se passe de um ponto à esquerda de M para o equilíbrio de riqueza S. Também permite, evidentemente, que de um ponto à direita de M se caia no equilíbrio de pobreza L. Além de todas as outras razões para aceitar o equilíbrio de pobreza, temos pois mais uma: acreditar que a pobreza é inevitável. Qualquer que seja a atracção da envolvente externa, pois, não se pode escapar à armadilha da pobreza sem ousar enriquecer. E para que uma nação pobre ouse enriquecer é preciso que ela espere um futuro melhor. Na parte que nos toca, Portugal poderá ter passado da eurotimidez para a lusoconfiança, embora uma reversão não seja de excluir. Voltamos assim à mensagem central deste trabalho: sair da pobreza não é garantido nem impossível.

JORGE BRAGA DE MACEDO

Bruxelas, Fevereiro de 1990